

TRIVIAL VARIADO

RUBEM BRAGA

AINDA SÔBRE GOA

Recebo uma carta insultuosa de um leitor que se diz português por causa do que escrevi sôbre Goa. O engraçado é que, tendo passado por Gôa demasiadamente rapidamente, tive o cuidado de evitar maiores referências às circunstâncias da incorporação daquele território à Índia. Tôda a gente se lembra das incursões feitas no então território português pelos *satyagrahis*, partidários da ação não violenta, por volta de 1955. Esses homens desarmados, que faziam demonstrações completamente pacíficas, foram espancados, presos e, em muitos casos, assassinados pelos soldados portugueses. A Índia tudo fez para negociar a transferência de Gôa e dos outros enclaves para sua soberania. Se unira todo seu imenso território, antes sob dominação inglesa, depois de uma luta longa e penosa, e obtivera a absorção das antigas colônias francesas, como imaginar que os indianos pudessem tolerar eternamente a soberania lusitana sôbre aqueles pedacinhos da terra?

Mesmo que durante seus 450 anos de domínio, os

25.2.65

portuguêses tivessem feito coisas miraculosas pela gente de Goa, Macau e Diu, não seria lícito esperar que um povo de mais de 400 milhões, ao cabo de uma luta de emancipação nacional árdua e sofrida, admitisse a soberania estrangeira sôbre pouco mais de 600 000 patricios, em três pequenos enclaves de sua costa ocidental. O que aconteceu foi que o Governo da Índia quis se manter fiel à filosofia da não violência. E acabou enjoando de esperar um pouco de compreensão por parte da ditadura portuguesa. Salazar foi intransigente, intratável, de uma teimosia tão completa quanto infantil. Suas ordens eram terminantes: as tropas deviam resistir até o último homem. Houve apenas um esboço de resistência por parte de um pequeno barco de guerra, que foi pôsto fora de combate: Os soldados do Exército entregaram-se sem um tiro, e foram todos mandados de volta para Portugal. Melhor para eles e para os goeses, que não tiveram suas casas e lavouras destruídas pela guerra. Na verdade Goa estava perdida para Lisboa desde 1947, quando a Índia se fez independente.

O FUTURO DE GOA

Atualmente Goa, Macau e Diu formam um Território da União, com uma Assembléia Legislativa eleita pelo povo. O Estado de Maharashtra, cuja capital é Bombaim, pretende incorporar Goa, e dentro da atual Assembléia do Território essa tese tem a metade dos votos. O Governo da União prefere, entretanto, que os próprios goeses deliberem diretamente sôbre o assunto — não já, mas daqui a alguns anos, no máximo dez. O Presidente da República, ao receber os jornalistas brasileiros, declarou, respondendo a uma pergunta deste repórter, que esta é a política do Governo da União. Os planos da União para Goa incluem a construção de uma usina siderúrgica, pois ali há jazidas de ferro e manganês. A reforma agrária está em curso, como também um programa de incremento da produção agrícola, de saúde e de educação. Nada posso dizer sôbre o estado atual desses planos, mas é compreensível que o Governo da União olhe com um carinho especial esse pequeno território, caçula da Pátria. Um dia os gee-

ses decidirão, eles mesmos, se querem constituir um Estado à parte ou aderir a Maharashtra.

O fato é que eles estão pela primeira vez desde pelo menos 450 anos, se exercitando na prática da democracia. A língua portuguesa é admitida nos debates da Assembléia, em igualdade de condições com o concani (língua mais falada de Goa) e o marati; a língua oficial é o hindi, e, subsidiariamente, o inglês.

Que haja em Goa, em certas classes sociais urbanas, saudade dos tempos do *território de ultramar* é bem provável, pois afinal a incorporação à Índia atrapalhou a vida de muita gente ligada aos interesses da situação anterior. Importar um automóvel, por exemplo, é muito mais difícil e muitíssimo mais caro hoje que antes. O contrabando acabou ou foi reduzido drasticamente. Mas não consigo imaginar que o grosso da população, que vive no campo e nem sequer fala português ou tem religião cristã, morra de saudades dos antigos mandões enviados de Lisboa. Esse mando era uma excrescência histórica, como em ponto maior é ainda em Guiné, Angola e Moçambique.